



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009419-39.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **CF, OF, BO, IP-Flagr. - 2918/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 1416/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 2918/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 252/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ROGERIO GOMES DOS SANTOS**

Réu Preso

Aos 10 de novembro de 2016, às 16:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **ROGERIO GOMES DOS SANTOS**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Sandra Cristina da Silva e a testemunha de acusação Rodrigo Aguiar Honda, em termos apartados. Ausente a testemunha de acusação Marcelo Jose Soares, policial em licença prêmio. As partes desistiram da oitiva desta testemunha. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, o que foi feito em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: o réu foi denunciado como incurso na sanção do artigo 157, § 2º, I do CP uma vez que no dia indicado na denúncia, mediante ameaça exercida com arma branca, subtraiu o celular da vítima. A ação penal é procedente. Tanto na polícia como em juízo a vítima narrou que foi abordada pelo réu, o qual se aproximou dizendo “perdeu”, o que já seria suficiente para caracterizar a ameaça e portando arma branca subtraiu a bolsa e o celular. A denúncia descreve que o instrumento era uma faca, uma vez que na polícia constou na polícia no depoimento da vítima esta denominação; É certo que em juízo a vítima fala em facão, mas, a diferença reside apenas na dimensão, sendo ambos arma branca e certamente a vítima não iria narrar o uso desse instrumento de forma gratuita. Nas duas oportunidades, inclusive em juízo, a vítima foi enfática ao dizer que o agente inclusive chegou a partir para cima dela com o uso da arma branca, que em juízo ela denominou facão, o que fez com que a mesma entregasse a bolsa. O fato de a arma não ter sido apreendida não é empecilho para o não reconhecimento desta circunstância, mesmo porque o réu fugiu e é comum que agentes acostumados em crimes contra o patrimônio costumam se desfazer de instrumentos e produtos do crime. Segundo a vítima, o réu foi preso três ou quatro quarteirões de distância e o policial falou que não chegaram a fazer buscas para apreender o instrumento; o entendimento jurisprudencial é no sentido de que basta a informação segura da vítima de que o réu usava alguma arma para se ter como suficiente a sua responsabilização pelo roubo qualificado. Esta informação existe nos autos, em razão do depoimento seguro da vítima, de que houve uso de arma branca. Isto posto, requero a condenação do réu nos termos da denúncia. É ele multirreincidente, em furto e roubo qualificado, sobressaindo então a sua periculosidade. Deste modo, entendo que o mais adequado é o regime fechado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso, foi apreendido na posse da res. Requer a desclassificação para o delito de furto. Subsidiariamente, requer portanto a exclusão da qualificadora do emprego de arma. A vítima diz que o réu empregou uma faca de 40



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

centímetros. Que após a subtração amigos da mesma perseguiram o acusado prendendo a mais ou menos dois ou três quarteirões. O réu, por sua vez, disse que não utilizou qualquer faca, sendo preso a um quarteirão do fato delituoso. O certo é que não foi apreendida qualquer faca, embora o trecho percorrido pelo réu na fuga seja menos de cem metros. Não é demais exigir do estado buscas para a comprovação da referida qualificadora. Trata-se de circunstância que agrava sobremaneira a pena do acusado. Enquanto bastara a palavra da vítima, não evoluir-se-á nas investigações no processo penal brasileiro. Ninguém, além da vítima, confirmou a presença da faca. A vítima, como inerente à sua condição, nutre sentimentos de vingança contra o réu. Ademais pode a vítima ter se enganado quanto à presença de um facão na cena do crime. Não sendo comprovada a materialidade da qualificadora e sendo ônus da acusação, requer-se o afastamento da mesma. No mais, requer fixação da pena-base porque foi recuperada a res, reconhecimento da atenuante e fixação de regime diverso do fechado, considerando os termos do artigo 387, § 2º, do CPP. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ROGERIO GOMES DOS SANTOS**, RG 33.909.514, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, porque no dia 14 de setembro de 2016, por volta das 18h30min, na Rua doutor João Sabino, nº 759, Vila Boa Vista II, nesta cidade e comarca, subtraiu para si, mediante grave ameaça exercida com o emprego de uma faca contra Sandra Cristina da Silva, um aparelho de telefone celular da marca Motorola, conforme auto de exibição, apreensão e entrega, em detrimento da vítima. Consoante apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ele se dirigiu ao local dos fatos munido de uma faca, oportunidade em que se deparou com a vítima a caminhar pela via pública portando seu celular em uma de suas mãos. Ato contínuo, mediante a exibição de seu artefato, ROGERIO anunciou o assalto e exigiu que Sandra Cristina da Silva lhe entregasse o seu telefone, sendo prontamente atendido. Na posse do bem, ele se evadiu. E tanto isso é verdade que, após a rapina, a ofendida clamou por socorro, ao que populares se puseram no encalço do denunciado, logrando detê-lo a poucos metros dali. Uma vez ROGERIO detido, a polícia militar se fez presente no local. Efetuada busca pessoal, com ele foi encontrado o aparelho de Sandra Cristina, justificando sua prisão em flagrante delito. Por fim, tem-se que a vítima reconheceu ROGERIO GOMES como sendo o responsável pela subtração do seu telefone celular. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (pg. 34). Recebida a denúncia (pg. 88), o réu foi citado (pg. 110/111) e respondeu a acusação através de seu defensor (pgs. 124/125). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a desclassificação do crime para furto ou o afastamento da causa de aumento do emprego de arma, com a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. A materialidade está positivada pelo auto de prisão em flagrante, demais documentos e prova oral. A autoria é certa. Ouvido em juízo o acusado confessou a subtração dos bens da vítima. Negou ter realizado qualquer ameaça ou se utilizado de um facão. A vítima, nesta audiência, descreveu com detalhes a dinâmica do roubo e acrescentou que foi ameaçada pelo acusado, que portava um facão. Disse ainda que o réu se utilizou do facão para impedir a sua detenção pelos populares logo após a prática do crime. Apesar da vítima ter mencionado na delegacia que o réu portava uma faca, é certo que o crime foi cometido com o emprego de arma branca, não havendo qualquer razão para desacreditar a versão da vítima. Apesar da arma não ter sido apreendida, o policial Rodrigo destacou que não foi possível a realização de nenhuma busca da arma utilizada no roubo, porque os populares colocaram em risco a segurança do réu, que foi priorizada pela polícia. Ainda, nos termos da jurisprudência pacífica, não é necessária a apreensão da arma utilizada no roubo para a configuração da causa de aumento. Diante de todo o acima relatado, não é possível o acolhimento da tese da combativa defesa de desclassificação de conduta. Pelo exposto e por tudo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, fixo a pena-base em quatro anos e oito meses de reclusão e pagamento de onze dias-multa, no valor mínimo, considerando que o acusado é portador de maus antecedentes (fls. 113). Na segunda fase, compenso a agravante da reincidência (fls. 114) com a confissão parcial do acusado, que ajudou na fundamentação da sentença. Presente a causa de aumento do emprego de arma, fato confirmado pela vítima, para elevar a reprimenda em um terço, resultando a pena em seis anos, dois meses e vinte dias de reclusão e pagamento de quatorze dias-multa, no valor mínimo, que torno definitiva à falta de outras causas modificadoras. O regime inicial será o **fechado**, diante da reincidência e maus antecedentes. **CONDENO**, pois, **ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS** à pena de **seis (6) anos, dois (2) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e quatorze (14) dias-multa**, por ter transgredido **o artigo 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, devendo iniciar o cumprimento no regime fechado**. Agora que o réu está condenado mantenho a prisão do acusado, devendo o mesmo ser recomendado na prisão em que se encontra, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ (assinatura digital):

MP:

Defensor:

Réu: